

Apresentação do Dossiê

Definir o Estado, enquanto fenômeno complexo e variável, tem se mostrado, historicamente, um desafio para a teoria política. Assim, buscando congregiar esforços que discutissem os aportes das perspectivas de cunho crítico à noção de Estado capitalista, foi pensando o Dossiê “Estado e política no capitalismo contemporâneo”, publicado na edição anterior ao presente número. Já este segundo Dossiê está dedicado às políticas estatais, compreendidas como elementos de relevância dentro da estrutura e dinâmica globais das formações sociais capitalistas.

Tal como afirma o cientista político Nicos Poulantzas, entender o Estado capitalista como uma condensação material de uma relação de forças sociais significa, nem mais nem menos, entendê-lo como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que, ao mesmo tempo, se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros. É desse campo estratégico que resultam as políticas públicas, ou, mais precisamente, estatais. Desta forma, salienta o autor grego, as referidas políticas devem ser compreendidas muito mais como resultantes de uma coordenação conflitiva de micropolíticas e táticas divergentes, que como uma formulação racional de um projeto global e coerente¹.

Partindo-se, assim, dos entendimentos antes mencionados e buscando dar continuidade aos debates sobre Estado e política, reuniu-se, neste Dossiê, uma série de trabalhos que chamam a atenção, ainda que baseados em diferentes perspectivas teóricas e referidos a múltiplos contextos, a essa dimensão conflitiva e contraditória de que nos falava Poulantzas a respeito das políticas estatais². Nesse sentido, espera-se que, de modo mais geral, cada um dos textos aqui apresentados, e o Dossiê como um todo, constituam uma contribuição ao exame crítico da natureza do Estado capitalista e das políticas dele decorrentes.

O artigo intitulado “Estado e relações de poder: notas para um debate acerca das políticas públicas”, de Hugo Feitosa Gonçalves e Rosilene Dias Montenegro, abre o Dossiê. No intuito de contribuir com o debate sobre Estado e políticas públicas, os autores discutem uma série de categorias entendidas como relevantes para a análise das relações de poder no processo de produção de políticas públicas. Valendo-se de uma diversidade de antecedentes teóricos, o texto constitui um valioso convite à reflexão crítica sobre política estatal.

¹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 157.

² Veja-se, também OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. Estado y políticas estatales en América Latina: Hacia una estrategia de investigación. *Redes*, v. 2, n. 4, p. 99-128, 1995

O texto de Luciana Pazini Papi e Klei Medeiros, intitulado “Ciclos sistêmicos do capitalismo, Estado e dinâmica federativa: uma discussão teórica”, discute a relação entre os ciclos sistêmicos do capitalismo e as dinâmicas federativas dos Estados localizados na periferia da geopolítica mundial. Questionando as perspectivas do institucionalismo liberal que, na análise dos processos estatais de centralização ou de descentralização, privilegiam essencialmente a discussão dos fatores internos, os autores chamam a atenção para a necessidade de se atentar também para a influência que os fatores externos, dentre eles os ciclos do capital, exercem nos referidos processos.

Em “Capital monopolista, ditadura e Estado no Brasil: o caso da trajetória da construtora Mendes Júnior”, Pedro Henrique Pedreira Campos centra seu olhar na trajetória da empreiteira mineira Mendes Júnior, analisando seu processo de crescimento e inserção junto ao aparelho estatal brasileiro no período 1964-1988. Ao discutir evidências acerca do processo de expansão da referida empresa no período sob estudo, Campos oferece uma contribuição relevante para debater, em perspectiva histórica, a relação entre Estado e capital no Brasil.

Na sequência, há o artigo intitulado “Notas sobre a reforma do setor elétrico de Dilma Rousseff e a dimensão coordenativa das capacidades estatais”, de Andrea Oliveira Ribeiro e Roberta Rodrigues Marques da Silva. Nele são analisadas, à luz da literatura sobre capacidades estatais, as mudanças institucionais operadas no setor elétrico brasileiro durante o governo Dilma. Segundo as autoras, as referidas mudanças, mobilizadas pela premissa da retomada do intervencionismo estatal no setor em questão, vinculam-se à crise política que veio permeando o governo do PT desde 2013 e ao enfraquecimento da coalizão governista nascida em 2003. Trata-se de um trabalho que, a partir da discussão específica proposta, convida a uma reflexão mais ampla sobre Estado e política no Brasil de hoje.

O Dossiê conta ainda com o texto intitulado “Estado, desarrollo e integración regional en los países del MERCOSUR: dinámicas y balance del ciclo pos-neoliberal 2003-2015”, no qual Pablo Míguez debate as transformações na dinâmica de acumulação de capital e na lógica de intervenção estatal nos países do MERCOSUL durante o período da “maré rosa” sul-americana, assim como as principais iniciativas governamentais decorrentes de tais transformações. Atentando também para os impactos das referidas iniciativas no bloco mercosulino, Míguez conclui acerca da timidez dos resultados obtidos no período sob estudo, levando-nos a refletir sobre as limitações que a dinâmica do capital impôs à ação política.

Além dos artigos que compõem este Dossiê, esta edição conta com quatro artigos apresentados no II Seminário Internacional de Ciência Política. O primeiro,

“Punição eleitoral e contas irregulares nas eleições para prefeito (2004-2016)”, de Augusta Teixeira e Marjorie Marona, tem como objetivo investigar se o eleitor controla seu representante a partir de análises de indivíduos que foram candidatos entre 2004 e 2016 e que tiveram contas julgadas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União. Os gastos dos candidatos são utilizados como variáveis de controle, assim como a situação do candidato, se incumbente ou não, e se houve migração partidária. Ainda, são utilizadas como controle a renda per capita e o tamanho populacional dos respectivos municípios.

O segundo artigo, “Evolução dos determinantes do partidarismo na América Latina”, de Éder Rodrigo Gimenes, Gabriel Ávila Casalecchi, Julian Borba e Ednaldo Aparecido Ribeiro, avalia, a partir de uma perspectiva comparada, determinantes do partidarismo que estão enquadradas em diferentes categorias de enraizamento partidário nas democracias latino-americanas. A análise é feita acerca da evolução do relacionamento dos eleitores com os partidos políticos.

O texto de Raul Cavedon Nunes e Eduardo Munhoz Svartman, intitulado “Dilemas da Grande Estratégia das Forças Armadas do Brasil nos anos 1980 e 1990: o debate interno em um sistema internacional em transição”, traz uma análise feita a partir de artigos de oficiais publicados em revistas profissionais acerca da Grande Estratégia militar brasileira e mostra que, em 1980, devido ao período da Guerra Fria, houve revisões da estratégia e das doutrinas militares, enquanto, já na década de 1990, foi ampliada a questão sobre a finalidade das Forças Armadas devido ao contexto internacional da época.

O último artigo, de Ana Luiza Vedovato e Igor Castellano da Silva, de título “O Estado como unidade de análise dos sistemas regionais: impactos na estrutura sistêmicas da América do Sul”, analisa, a partir das características e aspectos formativos dos Estados, a relação entre unidades sistêmicas e estruturas sistêmicas profundas na configuração do sistema regional sul-americano no período pós-independência.

Por fim, com um convite à leitura das contribuições que integram esta edição, encerra-se esta apresentação com um agradecimento a todos os que a tornaram possível.

O organizador:

Leonardo Granato
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil)